

EXIBIÇÃO DE CINEMA EM PORTUGAL
— DISPARIDADES REGIONAIS

O cinema, sendo uma actividade industrial e comercial, constitui, também, um importante factor de cultura. Como meio de expressão cultural e artística, a actividade cinematográfica não pode estar submetida exclusivamente aos mecanismos de mercado. A intervenção do Estado é indispensável e tem sido reconhecida e estudada a vários níveis ⁽¹⁾. Tornou-se tanto mais imperiosa quanto se verifica que, desde há alguns anos, o cinema está em crise. O aspecto mais saliente dessa crise generalizada é bem ilustrado pelo decréscimo do número de espectadores devido, sobretudo, à expansão, sempre crescente, dos aparelhos de televisão e ao aumento do número de filmes por ela difundidos.

A figura 1, que pretende retratar a situação na Europa no início dos anos 60, evidencia não só uma grande disparidade de valores como uma distribuição espacial pouco regular mas em que os valores mais elevados se observam, sobretudo, em países da Europa de Leste e alguns do Sul. Para esse facto contribuem, certamente, factores de carácter

⁽¹⁾ VOOED, M. JOOP. (Rapporteur). *Le cinéma et L'État*. (Rapport de la Commission de la Culture et de la Éducation. Documents du Colloque Organisé à Lisbonne de 14 a 16 Juin, 1978). Conseil de L'Europe, Strasbourg, 1979, p. XIV.

social e cultural (como, por exemplo, o tipo de intervenção do Estado na definição de políticas culturais ou as formas de convivência social) que, contudo, não cabe agora analisar.

A crise que afectou a distribuição de cinema na década de 60, na Europa, encontra-se expressa na figura 2. Ao contrário do mapa anterior, parece desenvolver-se um padrão de distribuição regular, com uma estreita correspondência negativa entre os graus de variação de frequência de espectadores e de desenvolvimento de um mercado de consumo. Não havendo, como se vê, relação directa entre as duas figuras, parece lícito admitir que a situação de crise tem a ver, sobretudo, com a generalização de novos hábitos de comportamento (de que a T. V. é o exemplo mais frequentemente apontado) que tendem mesmo a superar certas diferenças sócio-culturais preexistentes, como as que anteriormente se citaram.

Admitindo este raciocínio como válido, é de prever que, mesmo nos países que nessa década ainda possuíam variações positivas, a médio ou mesmo a curto prazo a situação se altere. De facto, é o que sucede já em Portugal, onde, entre 1974 e 1978, a frequência anual de espectadores diminuiu cerca de 10 %.

A crise que afecta os vários países incide, contudo, de modo desigual nas diferentes regiões tendendo, na generalidade, a acentuar as clivagens já existentes. Em parte por esse motivo a Divisão de Cinema da Secretaria de Estado da Cultura solicitou-nos a elaboração de um trabalho ⁽²⁾ com o objectivo de definir prioridades de intervenção, a nível de concelho (excluindo as Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto), para a distribuição de equipamento de cinema. Com esta iniciativa procurava-se ultrapassar situações resultantes da ausência ou insuficiência, em número e qualidade, da exibição cinematográfica.

Divulgam-se aqui alguns dos resultados dessa pesquisa no que se refere à exibição comercial actualmente existente e às perspectivas de evolução a curto prazo. Não se tratará de outros tipos de circuitos, não só porque o espaço que cobrem é muito mais restrito mas também porque a sua periodicidade de exibição é fraca e, nalguns casos, irregular ⁽³⁾.

A exibição comercial era, de facto, a que melhor interessava analisar, não só por cobrir regularmente grande parte do País mas também porque se reconheceu que havia necessidade de evitar, tanto quanto possível, a colisão do circuito a criar com outros já existentes, nomeadamente com o comercial em recintos fixos. Por isso se procedeu

⁽²⁾ FERRÃO, JOÃO. *Prioridades de Intervenção Territorial para a Distribuição de Equipamento de 16 mm*, Lisboa, 1980 (relatório policopiado).

⁽³⁾ Além do circuito comercial em recintos fixos, aqui tratado, existem outros exibidores de cinema de que os principais são: os «ambulantes», também com carácter privado (mas com exhibições irregulares), e circuitos dependentes de organismos oficiais com características particulares, caso do I. N. A. T. E. L. (Instituto Nacional para o Aproveitamento dos Tempos Livres) e da J. C. C. P. (Junta Central das Casas do Povo).

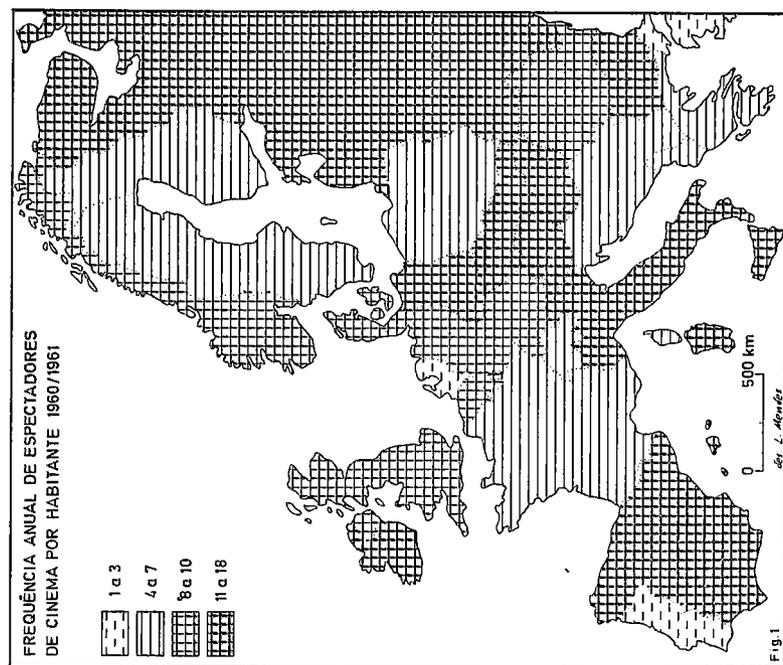


Fig. 1 — Espectadores de cinema na Europa em 1960/1961.

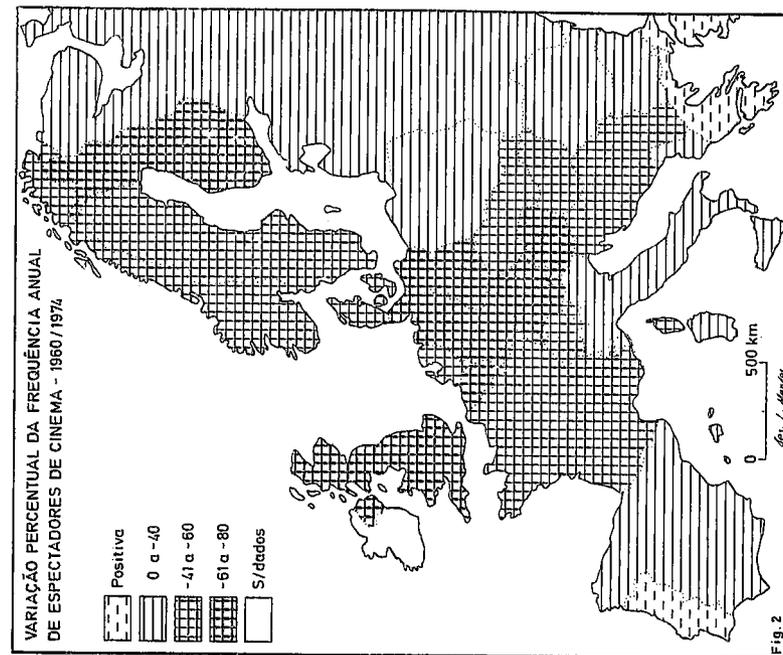


Fig. 2 — Variação do número de espectadores de cinema na Europa, entre 1960 e 1974.

ao inventário das salas em funcionamento, sua lotação e periodicidade de exibição. Os outros circuitos existentes, porque dependentes na sua maioria de organismos estatais, poderiam, por acordo com a Secretaria de Estado da Cultura, alterar o espaço que então cobriam, de modo a melhor se servir o público.

Esta função de «serviço», e não de actividade que obedece primordialmente a fins lucrativos, constitui, de facto, a diferença fundamental entre circuitos dependentes de iniciativas privadas e do Estado. Tratando-se de um serviço de interesse público, exigia-se que ele fosse minimamente rendível do ponto de vista cultural, isto é, que houvesse um limiar mínimo de potenciais utentes nele interessados. Daí a necessidade de se caracterizar a população dos vários concelhos em função do maior ou menor interesse que teoricamente pudessem revelar. Retiveram-se, para esse fim, os seguintes itens: a composição etária, o nível de instrução, a população activa não agrícola, a estrutura familiar e o total de população do concelho e da sua sede que, embora com diferente peso, pareceram contribuir para a definição do grau de disponibilidade e viabilidade imediatas em relação à manutenção ou desenvolvimento da exibição de cinema. Após o tratamento dos indicadores seleccionados obteve-se uma primeira ordenação dos concelhos, que permitiria definir o sistema de prioridades de intervenção se não existisse qualquer tipo de exibição de cinema no País. A partir da comparação dessa sequência com os circuitos existentes foi possível formular a proposta final de actuação.

Referem-se, a seguir, alguns dos resultados que dizem respeito à situação da exibição comercial e suas perspectivas a curto prazo.

A EXIBIÇÃO COMERCIAL EM RECINTOS FIXOS

Em 1974 (fig. 3) as áreas não servidas por cinema comercial eram fundamentalmente o Nordeste e Norte da Beira, a área da Cordilheira Central, grande parte da raia e a Serra Algarvia, para além de um escasso número de casos localizados, isto é, áreas essencialmente rurais, geográfica e economicamente periféricas.

Entre 1974 e 1979 verificou-se uma diminuição acentuada do número de salas em funcionamento, registando-se, apenas, cinco casos com aumento, todos no litoral, três dos quais próximo da Área Metropolitana do Porto.

Para esse facto devem ter contribuído, ainda que de modo desigual, a diminuição do total de população que se vinha sentindo desde o início dos anos 60, o aumento relativo do peso das camadas muito jovens e mais idosas, a difusão de aparelhos de televisão, a não substituição, pela maioria dos exibidores, do equipamento e dos edifícios desde a data da sua instalação e a deficiente qualidade e mesmo mau gosto de grande parte dos filmes que são distribuídos fora de Lisboa e do Porto.

O conjunto destes factores levou a que um número crescente de salas deixasse de funcionar, o que acarretou o desaparecimento de cinema

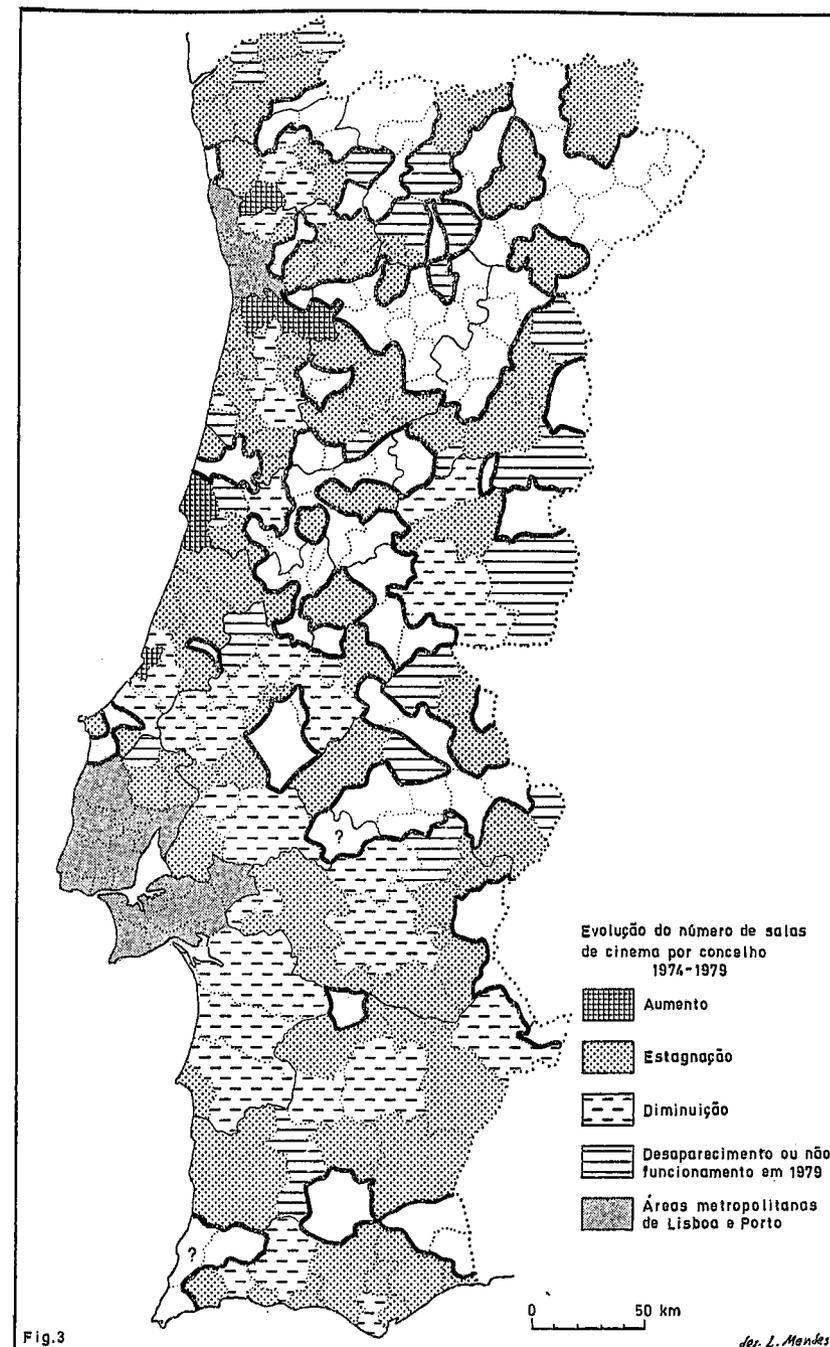


Fig. 3 — Evolução do número de salas de cinema em Portugal, entre 1974 e 1979.

alguns concelhos onde o seu número era já reduzido. Por outro lado, as regiões nestas circunstâncias localizam-se geralmente na periferia da área servida por cinema em 1974. Se o enfraquecimento generalizado da exibição comercial se mantiver, pelo menos fora das Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto, com a conseqüente retracção do território por ela abrangido, a população com acesso ao cinema comercial será, na província, cada vez mais reduzida.

De facto, o espaço com implantação de cinema comercial em 1979 (fig. 4 e 5) restringia-se:

— à área litoral que se estende de Coimbra a norte de Viana do Castelo, com prolongamentos para o interior, acompanhando os principais eixos viários: Porto-Braga, Porto-Régua, Porto-Viseu, Coimbra-Guarda, Guarda-Castelo Branco;

— a manchas ainda extensas que se desenvolviam no litoral a sul da Figueira da Foz, ao longo do vale do Tejo, no triângulo industrial Torres Novas-Tomar-Abrantes e em quase todo o Alentejo e Algarve;

— a regiões geograficamente isoladas no Nordeste (Bragança, Chaves, Mirandela e Torre de Moncorvó), na área da Cordilheira Central (Arganil e Lousã) e, finalmente, no Alto Alentejo (Portalegre e Castelo de Vide).

Para a diferenciação interna da área servida por cinema comercial em 1979 analisaram-se dois indicadores que pareceram adequados para caracterizar o dinamismo dessa actividade: o número de sessões semanais e o total semanal de lugares disponíveis por 1000 habitantes (fig. 4 e 5). Uma vez que o primeiro indicador não tem em conta nem a dimensão do recinto nem o total da população a que se dirige, calculou-se o número semanal de lugares disponíveis, multiplicando a lotação de cada recinto pelo número de sessões semanais, e agregaram-se estes valores a nível de concelho, ponderando-os posteriormente pela respectiva população.

As classes mais baixas de cada um dos indicadores correspondem às áreas onde a implantação de cinema comercial é menor. Se se mantiver a tendência detectada entre 1974 e 1979 é lícito pensar que é precisamente aqui que este tipo de exibição apresenta maior probabilidade de desaparecer. Além disso, como a sua posição é geralmente periférica ao território actualmente abrangido, o seu abandono num futuro próximo torna-se ainda mais provável.

Com a figura 6 pretende-se mostrar a situação previsível, a curto prazo, se se mantiver a tendência verificada entre 1974 e 1979. A norte do Tejo, alguns dos principais eixos viários deixam de orientar (através da importância que desempenham em relação à distribuição das populações e das actividades económicas) a implantação de cinema comercial, que se reduz aos centros urbanos e regiões periféricas, fragmentando-se as áreas, já pouco extensas, de 1979.

No Sul, embora se observem manchas de implantação ainda relativamente extensas, o que não deixa de se relacionar com uma estrutura de povoamento mais concentrado, a exibição comercial mantém-se, sobretudo ao longo dos principais eixos de circulação, nomeadamente no Alentejo. Esta situação, semelhante à existente no Norte em 1974,

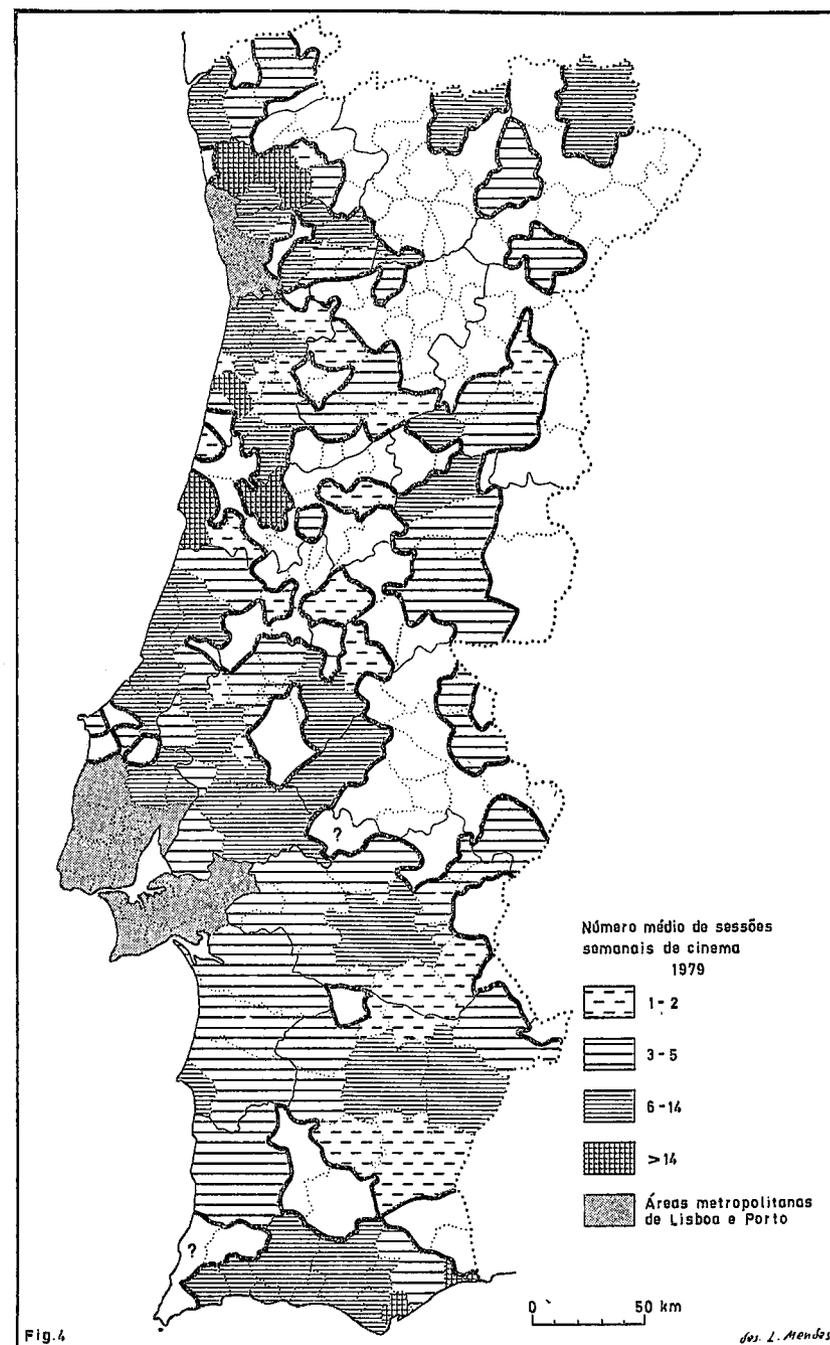


Fig. 4 — Número de sessões de cinema em Portugal, em 1979.

corresponde a uma dada evolução espacial — que acompanha a redução da exibição comercial — traduzida na passagem gradual de uma implantação em grandes manchas, para uma implantação orientada, indirectamente, pelos principais eixos viários e, finalmente, para uma ocupação pontual limitada aos principais centros urbanos.

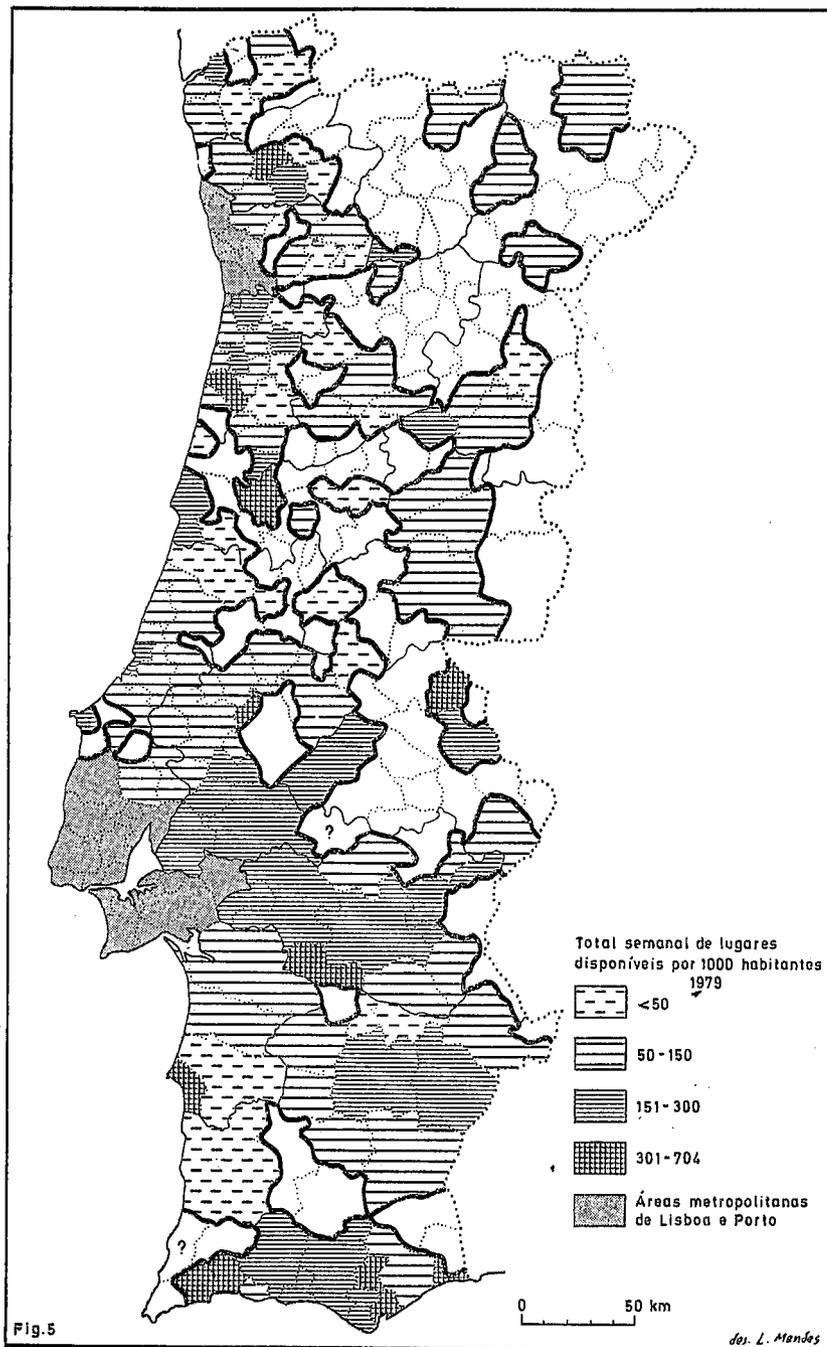


Fig. 5 — Lugares de cinema disponíveis em Portugal, em 1979.

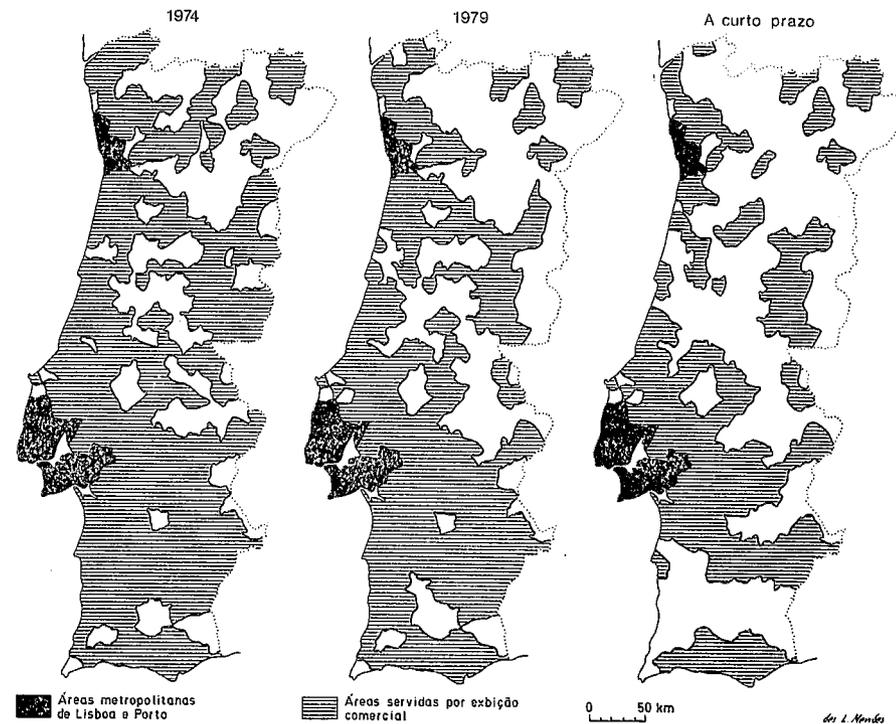


Fig. 6 — Áreas servidas por exibição comercial de cinema em 1974 e 1979 e situação provável a curto prazo.

Verifica-se, assim, empiricamente que a generalização da crise que afecta a exibição de cinema se reflecte regionalmente de modo desigual, tendendo a acentuar as clivagens sócio-económicas já existentes entre as áreas mais centrais e desenvolvidas e as restantes.

Cabe, pois, aos organismos públicos a definição de políticas de intervenção cultural que, minimamente fundamentadas em informação objectiva, procurem atenuar essas disparidades.

MARIA FERNANDA ALEGRIA
JOÃO FERRÃO